

Vila dos Confins, de Mário Palmério: romance de denúncia política

Danilo Luiz Carlos Micali¹

Uma diferença entre a narrativa historiográfica e a narrativa ficcional considerada atualmente é, certamente, a intencionalidade do narrador-sujeito. Ao se propor a narrar a História, o narrador-historiador geralmente firma um compromisso com a verdade dos eventos narrados, enquanto o narrador romanesco tende a subverter e transformar o real a seu bel-prazer, para efetivar seu artifício de criação literária. Porém, dependendo da época que focaliza, o romance pode proporcionar ao público uma visão de momentos históricos marcantes, que quase sempre agrada ao público se comparada a um relato historiográfico, cuja leitura pode não ser tão prazerosa, do ponto de vista do leitor.

Assim, a capacidade de registrar um período histórico não constitui privilégio da historiografia apenas, pois a ficção literária, a seu modo, também pode dar testemunho de uma época, sendo, neste aspecto, tão instrutiva quanto a História. E o romance, arte temporal por excelência, tem sido a forma de composição preferida pela literatura de ficção para atingir esse fim, ainda que essa possibilidade tenha problematizado as relações entre literatura e História na contemporaneidade, de acordo com especialistas das duas áreas de conhecimento.

Nesse sentido, existem obras literárias que, a par do seu traço lúdico enquanto texto ficcional, que visa entreter o leitor no prazer da leitura, possuem o mérito de mostrar fatos desconhecidos da maioria das pessoas, revelando, pela ficção, uma face oculta da realidade histórica que a todos interessa. A história da literatura tem mostrado inúmeros casos de autores que exprimiram sua preocupação com as questões nacionais do seu tempo, praticando uma literatura considerada “engajada”.

No Brasil, o sentimento de nacionalidade acentuou-se na literatura regionalista do século XX, transparecendo na denúncia social e na ideologia política que veicularam. Por denunciar a realidade, através da ficção, alguns romances margearam a fronteira entre a literatura e a História; tanto que, a partir da

¹ Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista – UNESP /Araraquara /SP e professor substituto da Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá. E-mail: danilomicali@cpd.ufmt.br.

confluência entre esses dois campos, o estudioso busca averiguar até aonde vai a narrativa ficcional e onde começa o fato histórico.

Nesse contexto, em meados do século passado surgiu em nossa ficção regionalista contemporânea um romance que ilustra de forma eficiente a situação da literatura na representação da realidade histórica brasileira. Trata-se de *Vila dos Confins* (1956), de Mário Palmério (1916-1996), escritor mineiro que ocupou a vaga deixada por Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras.

O enredo do livro gira em torno de uma eleição num pequeno lugarejo perdido no sertão de Minas, o município da Vila dos Confins, mostrando os bastidores daquele processo eleitoral. Isto o caracteriza como obra de denúncia e romance político, pois revela as lutas político-partidárias e os interesses particulares em jogo, registrando um momento significativo da nossa evolução histórica, social e política.

Vila dos Confins (V.C.) tem importância nacional devido ao registro que faz da sua época, já que a história narrada é contemporânea ao surgimento do livro (início da década de cinquenta). Portanto, o conhecimento dos elementos sociais e históricos daquele período é necessário ao bom entendimento do enredo da obra, se considerarmos, por exemplo, que só no final do século passado é que foi instituída a urna eletrônica no processo eleitoral brasileiro. Até então, a votação nos municípios, principalmente nos pequenos e mais distantes, ocorria tal como é descrita no romance, ou seja, sujeita aos riscos da corrupção: fraude, manipulação, favoritismo e compra e venda de votos.

Dessa forma, a narrativa ficcional, ainda que não tenha a intenção primeira de contar a História, acaba por fazê-lo de forma indireta e dissimulada: mudando o nome de personagens reais, e lançando mão de figuras de linguagem, que tornam a trama ficcional por vezes mais verossímil e crível que o próprio texto historiográfico.

Vila dos Confins ainda contém no seu enredo um discreto, porém perceptível traço memorialista ou autobiográfico, visível, segundo a opinião de alguns críticos (a exemplo de Antonio Houaiss), no discurso saudosista do deputado Paulo Santos, personagem da história, que representaria o autor Mário Palmério da realidade. Nas palavras do seu autor, V.C. foi uma obra que, “nasceu relatório, cresceu crônica e acabou romance...” (PALMÉRIO, 1974, p. xii). Talvez por isso tenha sido considerada não apenas romance político, mas um estudo quase sociológico sobre a região noroeste de Minas Gerais, produto do contexto social e político daquele período.

Ora, o período da história política do Brasil que se estende de 1937 a 1945, conhecido por Estado Novo, consistiu na ditadura de Getúlio Vargas no poder, época em que os partidos políticos estiveram proibidos no país, só retornando após 1945, quando as eleições trouxeram o fim do Estado Novo e da ditadura, sendo então escolhido um novo presidente e novos deputados constituintes.²

Assim surgiram vários partidos políticos e o general Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação partidária PSD/PTB, foi eleito novo presidente para os cinco anos seguintes. Foi um período em que o país se modernizou com o crescimento industrial financiado pelo capital estrangeiro, principalmente norte-americano. E foi também um período de maior liberdade de expressão para os partidos políticos, os sindicatos, a imprensa e a universidade.³

Terminado o mandato de Dutra em 1950, as eleições dão vitória plena a Getúlio Vargas, que voltaria a governar de 1951 a 1954, ano em que se suicidou. No plano internacional, a partir de 1945, o mundo assistiu ao início da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética, países que passaram a disputar áreas de influência no planeta, visando estabelecer sua hegemonia. Esse é o contexto político à época da história narrada em *Vila dos Confins*, ambientada em final dos anos quarenta ou, mais provável, início dos cinquenta.

Durante o período do Estado Novo iniciou-se uma prática política mais tarde denominada “populismo” que, conforme indica o próprio nome, teve como marca principal a prática de manipular o povo, as massas. “Lideranças mais ou menos carismáticas disputaram o poder junto a essa massa, ora fazendo concessões (as leis trabalhistas de Vargas são um bom exemplo), ora utilizando o povo como elemento de ataque às antigas oligarquias”.⁴

Uma característica bastante forte do período que se iniciava foi a permanência do populismo, agora transformado em prática política corriqueira. Para conquistar o voto das massas, principalmente urbanas, os políticos empenhavam-se em valorizar aspectos emocionais em seus apelos ao eleitorado urbano.⁵

Após reassumir a Presidência da República em 1951, Getúlio Vargas procurou aproximar-se do povo, participando de comícios e falando através do rádio,

² RIDENTI, Marcelo. *Política pra quê?* São Paulo: Atual, 1992.

³ BERTOLLI FILHO, Cláudio. *De Getúlio a Juscelino 1945-1961*. Retrospectiva do século XX. São Paulo: Ática, 2002.

⁴ FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. *História*. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1993. v.3, p. 430.

⁵ VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998, p.377.

dirigindo-se especialmente às camadas populares e não organizadas em discursos de vigoroso apelo populista e emocional.

O novo sistema partidário que se formou no Brasil a partir de 1945 perdurou até outubro de 1965, quando então foi dissolvido pelos militares que haviam dado o golpe de Estado um ano antes. Segundo a historiografia, os partidos de maior expressividade nesse período (1945 a 1965) foram: “o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além deles, pelo menos outros dez partidos menores estiveram representados no Congresso Nacional, no período”.

Assim, após 1945 a vida institucional do país se normaliza com a criação dos vários partidos, e a prática política se moderniza, promovendo muita publicidade em torno das candidaturas. O novo modo de fazer política populariza a realização dos comícios em praças públicas com a utilização do rádio e de alto-falantes, o que reunia grandes multidões nos centros maiores.⁶ Nesse panorama social e político Mário Palmério escreveu *Vila dos Confins* (1956), romance nascido da confluência entre a ficção e a realidade.

O primeiro elemento que podemos considerar histórico na trama de *Vila dos Confins* surge no início da narrativa, quando o personagem deputado Paulo Santos faz menção ao Partido Liberal (PALMÉRIO, 1983, p. 23). Inferindo que o tempo da história no qual se desenrola a ação no romance seja por volta de meados do século passado, uma vez que o texto ficcional não faz referência a datas, isto é, ao tempo cronológico em questão, e considerando que uma das marcas do governo do general Dutra (1946-51) foi um acentuado liberalismo, podemos imaginar o Partido Liberal do enredo de *Vila dos Confins* como, possivelmente, um dos dez partidos menores mencionados por Ridenti (1992, p. 59), que tinham representação no Congresso Nacional naquele período. De fato, conforme podemos observar pela leitura do livro, o Partido Liberal era um partido de direita, que no romance de Palmério é representado por alguns personagens da política, a saber: Coronel Chico Belo, Dr. Osmírio Rocha (filho do Coronel Rocha), deputado Cordovil de Azambuja e o Secretário dos Negócios do Interior, Dr. Carvalho de Meneses (o Carvalhinho).

Em *Vila dos Confins* é mencionado um novo diretório político: a “União Cívica” (PALMÉRIO, 1983, p. 131), chapa a qual pertencem o deputado Paulo Santos e João Soares, sendo este último o candidato a prefeito na Vila dos Confins por

⁶ TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na república velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.92.

aquele partido. Na página seguinte, o narrador menciona o nome de *Getúlio Vargas* (PALMÉRIO, 1983, p. 132). Esses dados nos fazem supor que a ficção de Mário Palmério cobre um período do tempo histórico de final dos anos 40 a meados da década de 50. Considera-se que esse momento político da nossa História esteja inserido no que ficou conhecido como um período de regime liberal populista (1945-64).

O governo do então presidente Dutra (1946-51) foi de relativa tranquilidade política, marcada por um intenso liberalismo econômico, ou seja, por uma não-intervenção do Estado na economia. Apenas a partir de 1947 o governo passa a intervir timidamente na economia, enquanto no plano da política interna prevaleceu o conservadorismo, a ponto de ter sido cassado o registro do PCB de Luís Carlos Prestes, fazendo com que o partido retornasse à ilegalidade (VICENTINO e DORIGO, 1998, p. 377-379).

O liberalismo escorava-se na aceitação do capital estrangeiro. Imaginava-se que um país como o Brasil, que contava com escassas reservas de capital, devido ao recente desenvolvimento industrial, não teria condições de promover o desenvolvimento por conta própria, sendo necessário recorrer ao capital internacional. Como este estava disponível em grande volume, sobretudo nos Estados Unidos, mas logo também na Europa e Japão, garantir-se-ia um desenvolvimento acelerado (VICENTINO e DORIGO, 1998, p. 380).

Com base nesses dados históricos concluímos que o Partido Liberal mencionado em *V.C.*, representado pelas figuras dos personagens Coronel Chico Belo e Dr. Osmírio Rocha, entre outros, corresponde ao liberalismo do governo Dutra.

Por outro lado, concorrendo com o liberalismo, encontramos o nacionalismo, que representava o partido de esquerda naquele governo. As bases do nacionalismo, que iria trazer Getúlio Vargas de volta ao poder a partir de 1951, fincavam-se no projeto nacionalista que, por sua vez, se inspirava nos princípios da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A CEPAL rejeitava a abertura da economia ao capital estrangeiro por considerá-la enganosa e por entender que causaria mais malefícios do que benefícios ao país (Ibidem, 1998, p. 381). Na verdade, o nacionalismo foi uma corrente ideológica que inspirou não apenas Getúlio Vargas, mas também outros líderes populistas da nossa história política, como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek.

Nesse sentido, retornando ao romance *Vila dos Confins*, podemos supor o partido do personagem deputado Paulo Santos, denominado partido da União Cívica da zona dos Confins – zona eleitoral que abrangia os municípios recém-criados da Vila dos Confins, de Ipê-Guaçu e de São Benevenuto –, referindo-se ao projeto nacionalista de Vargas.

Em 1946 promulgou-se a nova Constituição brasileira, a quinta na história do país e a mais democrática que tivéramos até então, pois definia o voto como secreto e universal. Contudo, de acordo com Vicentino e Dorigo, apresentava algumas restrições, pois ao analfabeto era negado o direito de voto, o que restringia a cidadania, e “limitava-se o direito de greve e a própria organização sindical ainda mantinha resquícios do corporativismo do Estado Novo” (1998, p. 376-377). Apesar disso, foi apenas então que o voto secreto, conquistado a duras penas na revolução de 1930, começou a vigorar plenamente e mostrar seus resultados.

Desde a primeira república ou república velha (1889-1930), período político anterior à era Vargas (1930-1945), um traço marcante do processo político brasileiro, a dominação oligárquica, atravessou décadas e gerações e sobreviveu, ainda que de maneira camuflada, até o final do século passado. Trata-se do *coronelismo* – expressão típica do domínio oligárquico, e que se concretiza por meio da manipulação do processo político no nível local pelos grandes proprietários de terra, os coronéis.

Como eram geralmente grandes latifundiários produtores de café ou cana-de-açúcar, os coronéis representavam a oligarquia rural que detinha o poder no interior do país, interferindo de maneira explícita no processo eleitoral. Conforme nos diz Vitor Nunes Leal em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*, o coronelismo enquanto sistema político caracterizou-se por “uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (LEAL, 1997, p. 276). O coronelismo desenvolveu-se com mais força nos municípios rurais (ou predominantemente rurais) do interior e a sua sobrevivência sempre foi inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, ou seja, o comércio e a indústria. Por essa razão é que “o isolamento [foi] fator importante na formação e manutenção do fenômeno” do coronelismo, cujas conseqüências se projetaram sobre toda a vida política do país, a despeito de atuar somente no “reduzido cenário do governo local” (LEAL, 1997, p. 275).

Segundo Vicentino e Dorigo (1998, p. 305), todo o sistema político da república velha baseava-se na fraude uma vez que o voto não era então secreto, fato que permitia sua manipulação fraudulenta. “O exercício da fraude eleitoral e da manipulação de votos, em geral, estava a cargo dos *coronéis*, grandes latifundiários espalhados pelos municípios”. Os coronéis tornavam-se chefes políticos por deterem o poder econômico em suas mãos, já que controlavam a lavoura para exportação, exercendo também, a par do poder político, um enorme prestígio social em suas respectivas localidades. “Exerciam uma forma de *clientelismo*, estabelecendo seu controle sobre a população mais pobre, que vivia sob sua influência” (VICENTINO e DORIGO, 1998, p. 305).

Esse estado de coisas persistiu por muito tempo, em razão da falta de qualquer serviço público à disposição dessa população e do próprio desinteresse (ou impossibilidade) do Estado em protegê-la, o que abria caminho para o exercício de poder dos coronéis. Tomando setores da população sob sua proteção, esses coronéis exerciam um tipo de assistencialismo primitivo, porém aceito devido à falta de qualquer outro.

Em troca, os coronéis exigiam obediência total da população sob sua influência, e essa situação se manifestava, por exemplo, nas eleições, quando cada coronel controlava um verdadeiro “curral” eleitoral, um “depósito” de votos, utilizado de acordo com os interesses do momento. Esse voto dirigido também é conhecido como o *voto de cabresto*, até porque não era raro que o coronel recorresse à violência para “convencer” o eleitorado a votar num candidato seu (VICENTINO e DORIGO, 1998, p. 305).

Desse modo, os coronéis podiam fraudar as eleições através da intimidação dos eleitores, pelo roubo de urnas, pela compra e falsificação de títulos de eleitor e outras infinitas artimanhas. Possuidor de um número significativo de votos, o coronel negociava-o com o governador do seu Estado, ou seja, barganhava os votos em troca de alguma vantagem.

O quadro social e político que se configurou com as oligarquias existentes no interior do Brasil, durante o período da república velha (1889-1930), sofreu pouca alteração durante os anos que se seguiram. De acordo com Janotti (1981, p. 8), quando retratou a figura do Coronel e explorou o tema do sistema eleitoral com riqueza de nuances regionais, a literatura ajudou enormemente o historiador. Nesse sentido, podemos dizer que *Vila dos Confins* fornece sua parcela de contribuição à história, se lembrarmos que o romance chegou a servir (enquanto ainda relatório)

como fonte de embasamento para a mudança da Lei Eleitoral da época, conforme aparece no livro *Seleta de Mário Palmério* (PALMÉRIO, 1974, p. xii). Em uma entrevista ao jornalista Ary Quintella, publicada no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o escritor e deputado Mário Palmério deparou-se com a seguinte pergunta: “A sua birra para com a Lei Eleitoral está explicada em *Vila dos Confins*?”, ao que ele respondeu:

Exato! *Vila dos Confins* nada mais é do que a denúncia da Lei Eleitoral antiga. E me orgulho de ter influído, com *Vila dos Confins*. E o digo sem nenhuma falsa modéstia. Me lembro bem que quando o Ministro Luís Gallotti assumiu a presidência do Superior Tribunal Eleitoral, fez uma longa citação do meu livro, que era um romance, afinal. E o mencionava como se tivesse sido escrito por uma autoridade em legislação eleitoral. Assim também o Ministro Edgard Costa, quando chegou à presidência do Tribunal Regional Eleitoral. Citou o *Vila dos Confins* como documento que patenteasse a fragilidade da lei que vigorava àquela ocasião. Você, Ary, atingiu bem o alvo quando ligou esse meu trabalho na Câmara, em benefício da revisão da Lei Eleitoral, com o meu romance, que é, nada mais nada menos, a minha mensagem, o meu esforço no sentido de denunciar as fraudes e a corrupção da Lei Eleitoral à época (PALMÉRIO, 1974, p. xii).

Na verdade, a questão da denúncia política, bem visível em *Vila dos Confins*, encontra respaldo no fato de o autor, à época da feitura do livro, encontrar-se exercendo a carreira política. De acordo com Ébion de Lima (1963, p. 529), Palmério, como era deputado federal, desejava informar a Câmara Federal sobre o que ocorria na sua região em época de eleição. Para isso, preparou um relatório minucioso com o material conseguido nas suas andanças pelo interior. Contudo, esse relatório foi aprimorado, cresceu, transformou-se em artigos e posteriormente no romance *Vila dos Confins* que “É um livro que põe a descoberto a história do coronelismo e dos vícios que adulteram o pronunciamento popular” (LIMA, 1963, p. 529).

Ainda que o populismo e o coronelismo se assemelhem no sentido de possuírem “alguma forma de identificação pessoal na relação entre o chefe e a base” – a ponto de se poder encarar o populismo como uma forma de “coronelismo urbano” –, Francisco Corrêa Weffort entende que eles não devem ser confundidos. Segundo esse estudioso, o populismo “foi um fenômeno político muito mais amplo na sociedade brasileira urbanizada e em transformação sob o impacto do desenvolvimento industrial” (WEFFORT, 1980, p. 28). O coronelismo, por sua vez, foi uma forma de relação de dominação que atuou no cenário do governo local, ou seja, nos municípios rurais do interior dos Estados. “O isolamento social da

localidade semi-urbana, acompanhado da rarefação do poder público, é fator importante na formação e manutenção do ‘coronelismo’, que se caracteriza pela incursão do poder privado no domínio político” (Ibidem, 1980, p. 27).

Entretanto, em meados do século passado, época retratada por Mário Palmério no romance *Vila dos Confins*, o poder das oligarquias rurais no país, representado na figura do coronel e seus familiares, encontrava-se em franco declínio. De acordo com Pang (1979, p. 233), o coronelismo enquanto forma de dominação político-social começou a se modificar a partir de 1930, especialmente após 1945, devido às transformações econômicas, políticas e sociais por que passou o país naquele período. “Depois de 1945, um coronel raramente é um czar econômico ou o patriarca social de seu município” (PANG, 1979, p. 232).

De fato, em *Vila dos Confins*, a fim de conseguir a vitória nas eleições que se aproximavam, o partido da União Cívica traz da capital um velho cabo eleitoral especialista em fraudes eleitorais. Seu nome era Pereirinha – que vinha de um tempo, não muito distante, em que os coronéis mandavam e desmandavam: “Vinha das épocas do bico-de-pena, das atas falsas, do tranqüilo reinado dos coronéis” (PALMÉRIO, 1983, p. 247).

O personagem Pereirinha cresce em importância dentro da trama pela experiência que possuía em fraudes eleitorais, a ponto de o próprio narrador afirmar que ele vinha do tempo dos mandos e desmandos dos coronéis (tempo que supomos não tão distante daquele, isto é, de uns vinte anos atrás), em que se empregava a fraude do bico-de-pena e das atas falsas. Segundo consta no livro *Coronelismo, enxada e voto*, a fraude do bico de pena, bastante utilizada em eleições no interior do país, durante a primeira república (1889-1930), era praticada pelas mesas eleitorais, com função de junta apuradora: “inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos” (LEAL, 1997, p. 255).

Em *Vila dos Confins*, a ficção de Palmério muda o “voto de cabresto” para “voto de marmita” e narra em detalhes, as falcatruas empregadas no processo da apuração dos votos. Vejamos a explicação que o personagem Pereirinha apresenta ao deputado Paulo Santos, depois deste expressar sua confiança na lisura do processo de apuração:

– Ovo de Colombo, deputado! A coisa mais fácil do mundo. Por exemplo: o senhor quer descobrir em quem votou fulano, empregado seu, pessoa que lhe deve obediência. Basta entregar-lhe a *marmita* com a cédula de um deputado qualquer, nome desconhecido. Na apuração, aparece o envelope com aquele voto; se não aparecer... Ou senão, nestas eleições municipais, onde não se vai votar em deputados, o senhor prepara a *marmita* colocando, por exemplo, duas cédulas iguais para prefeito, três iguais para vice, quatro iguais para juiz de paz... O senhor pode fazer tantas combinações quantos forem os eleitores cujos votos há interesse em descobrir. Na apuração, aparece o truque. E não se perde um voto, que cédulas iguais não o inutilizam... Sigilo! Voto secreto!... Bobagens, Dr. Paulo, bobagens... (PALMÉRIO, 1983, p. 250, grifo no original)

Os momentos que antecedem o pleno exercício democrático do voto, isto é, o pequeno intervalo de tempo em que o eleitor, sozinho dentro da cabina eleitoral, faz uso do direito civil “sagrado” de todo cidadão brasileiro – escolher, entre os candidatos, aquele(s) de sua preferência –, é descrito em tom bem-humorado pelo narrador de *Vila dos Confins*:

Na cabina, Altamirano Bento de Araújo vê-se sozinho. Olha para os lados, para cima – ninguém! Desabotoa o cinturão, enfia os dedos por baixo da camisa, acha o envelope dobrado e escondido no bolso de carregar dinheiro graúdo, costurado pela mulher no lado de dentro da ceroula. As cédulas são outras, não as que o patrão lhe deu, mas sim o compadre Eustórgio, com mil recomendações. Coloca-as no envelope pardo, rasgando o que viera no insuspeitável bolsinho. Passa o pincel de goma-arábica. Pronto!

Mas não sai: tem ainda o que fazer: no bolso de dentro do paletó está o envelope que lhe deram no quartel. Abre-o, retira as cédulas e guarda-as na ceroula. Não joga fora o envelope: precisa dele para mostrar ao patrão que andou direito; e das cédulas também, para não perder a confiança do compadre Eustórgio... (PALMÉRIO, 1983, p. 262).

Além da “marmita” de votos, exemplificada (e burlada) aqui pelo Altamirano Bento de Araújo, havia ainda a compra e venda de títulos eleitorais, mais um stratagem utilizado pela corrupção eleitoral que assolou o interior do país no pós-30, fazendo, pois, parte da nossa história política e que Palmério tematizou em seu romance. O trecho seguinte é bem ilustrativo dessa prática de compra de votos:

– Compraram o meu pessoal, deputado! Mais de trinta! Quis acudir, mas foi tarde. Graças a Deus, eu tinha recolhido a maioria dos títulos. Se não, ia tudo de embrulho... Deram dez contos para o Armando da Várzea Limpa. Dez contos por oito eleitores! Soltaram dinheiro mesmo. Mas o pior foi que tive de prometer também; caso contrário, nem a metade embarcava nos caminhões. Estamos perdidos...(PALMÉRIO, 1983, p. 263).

Embora o coronelismo seja considerado totalmente extinto nos dias de hoje, alguns de seus traços ainda perduram e sobrevivem na atualidade. Escolhemos

como exemplo o artigo de Márcia Vaisman (*O Estado de São Paulo*, 27 de julho de 2000), cujo título é: *Tese retrata “coronelismo” na cidade*. O artigo comenta a pesquisa realizada por Elias Silva, professor de história política do Brasil na USP, que reuniu farta documentação e diversas entrevistas, acabando por concluir que o município de Barueri, na grande São Paulo, retrata o “coronelismo urbano brasileiro”. Através da distribuição de cesta básica mensal à população, além de brinquedos para as crianças, o prefeito daquela cidade, conforme levantado por Elias Silva, conseguia fazer com que qualquer candidato indicado por ele vencesse as eleições, independente do partido a que estivesse filiado (voto-mercadoria). Enfim, em pleno século XXI, às vezes sentimos que um certo resquício do coronelismo ainda sobrevive, quando observamos o “peso” de alguns sobrenomes no contexto da política e da vida nacional como um todo.

Na realidade, *Vila dos Confins* é bem mais do que um romance político. É também obra de cunho regionalista, onde a natureza, seja ela mineral, vegetal, animal ou humana é a grande protagonista. Mas ao ser perguntado pelo jornalista Ary Quintella (*Jornal do Commercio* do Rio), se *Vila dos Confins* “seria, efetivamente, um estudo quase sociológico daquela região de Minas Gerais” (PALMÉRIO, 1974, p. xiv), respondeu-lhe Mário Palmério:

Perfeito. É uma reportagem sobre a minha experiência eleitoral, sintetizada numa pequena cidade, que eu chamei de Vila dos Confins, e onde se passam acontecimentos reais de umas dez cidadezinhas. Os personagens são os mesmos: sempre há um Dr. Paulo, sempre há um mascate, o Xixi Piriá. O cabo eleitoral é sempre um Pé-de-Meia, o turco da venda é sempre um Jorge Turco, e o coronel é sempre um Chico Belo (PALMÉRIO, 1974, p. xiv).

Assim como fez com o leitor da sua época, este livro de Palmério faculta aos leitores de hoje uma percepção da vida política brasileira de meados do século XX. Com o passar do tempo *Vila dos Confins* parece adquirir o *status* de um documento histórico, pois nos permite ver o aspecto corrupto da política praticada nos vilarejos brasileiros em um determinado momento de nossa História. Através da ficção, Mário Palmério soube mostrar como poucos, que o sistema eleitoral no interior do país não estava livre da corrupção, da fraude e das falcatruas que pudessem ocorrer nos grandes centros urbanos. Isto talvez ajude a explicar o grande sucesso editorial do livro.

Quando foi citado e lido em sessão plenária no Superior Tribunal Eleitoral e no Tribunal Regional Eleitoral, o então relatório que deu origem a *Vila dos Confins* deve ter contribuído e muito, como reconheceu o próprio autor, para a queda da lei eleitoral antiga, o que acarretou uma mudança no sistema político-eleitoral da época.

De certo modo, a realidade histórica não se acha tão transfigurada pela ficção no romance *Vila dos Confins*, que, ao mostrar a fundo o sistema eleitoral corrompido da pequenina Vila dos Confins, fornece ao público uma amostragem do que ocorria na maioria dos pequenos municípios em época de eleição. Assim, podemos dizer que o romance de Palmério não apenas influenciou, enquanto ainda relatório, na alteração do código eleitoral então vigente, como ajudou a construir os rumos da história política e social do país. A título de ilustração, transcrevemos abaixo um resumo da nova legislação eleitoral (aprovada um ano antes da primeira edição do livro *Vila dos Confins*), “após as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional para coibir as falhas conhecidas”, segundo Joaquim Rubens Fontes (2000, p. 72):

Projeto n. 525, de 1955:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1. Nas eleições que obedecem ao princípio majoritário, serão utilizadas cédulas oficiais de votação, de acordo com o modelo anexo.

Art. 2. Nas eleições para Presidente, Vice-Presidente da República, Senadores e seus Suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, as cédulas conterão, além da designação do cargo eletivo, os nomes dos candidatos registrados.

Art. 3. A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares mediante indenização.

§ 1. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem variável de colocação dos nomes – em tantos grupos quantos o seu número – de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula nome diverso, com alteração, também da ordem dos subseqüentes.

A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para serem entregues, indistintamente, aos eleitores no ato de votar (FONTES, 2000, p. 72).

Enfim, *Vila dos Confins* analisa a época a qual pertence e dá um testemunho do seu tempo quando denuncia uma prática política corrupta e fraudulenta. E faz isso através da ficção, e de forma tão autêntica que estimula o leitor a uma reflexão. Leva-o a refletir sobre o fato de que nunca houve época nem lugar neste país, que estivesse a salvo da corrupção política. Na verdade, o mérito do livro parece estar justamente em descrever uma realidade pouco conhecida do público. *Vila dos Confins* destaca-se em nossa literatura pela força e coragem com que lidou com a

questão política no interior do país, razão pela qual este romance adquire uma particular importância nacional.

Quando se considera a arte uma atividade social que espelha e transmite os valores da sociedade, mesmo quando os denuncia, a literatura de ficção, em suas formas diversas – crônica, conto, novela e romance –, às vezes pode mostrar uma realidade que poucos conhecem. “Ao reinventar, simular, imaginar, construir o real, a produção literária gera, determinadas vezes, um conhecimento particular e que contribui para o desvendamento da essência mesma do processo histórico brasileiro” (SEGATTO, 1999, p. 219).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *De Getúlio a Juscelino 1945-1961*. Retrospectiva do século XX. São Paulo: Ática, 2002.

FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. *História*. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1993. v. 3.

FONTES, Joaquim Rubens. *Pelos caminhos e vilas do chapadão*. Leitura e análise dos romances de Mário Palmério. (Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, no Curso de Letras Vernáculas) Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2000, 126 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Ébion de. *Lições de literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Salesiana, 1963.

PALMÉRIO, M. *Seleta*. Organização, estudo e notas de Ivan Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: INL e Ministério da Educação e Cultura, 1974. (Coleção Brasil Moço).

_____. *Vila dos Confins*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIDENTI, Marcelo. *Política pra quê?* São Paulo: Atual, 1992.

SEGATTO, José Antonio. Cidadania de Ficção. In: _____. BALDAN, Ude, SEGATTO, José Antonio (Org.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na república velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VAISMAN, Márcia. Tese retrata “coronelismo” na cidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27.07.2000. Grande SP/Oeste (Suplementos).

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.